

O Arquivo, de Meados de 1971 a Meados de 1976.

Santos Verani

Assumimos a Direção do Arquivo Público do Estado em meados de 1971, recebendo-a das mãos de nosso ilustre antecessor senhor Djalma Coelho de Souza, sendo Governador do Estado o Exmo. Sr. Dr. Colombo Machado Salles e Secretário da Administração o Exmo. Sr. Dr. Eugênio Lapagesse.

O depósito único dos documentos do acervo constava de uma sala central, imprópria, sem ventilação, na parte térrea do próprio Palácio do Governo.

Foi, dali — por determinação expressa do Governo, que necessitava do local para outros fins — o valioso acervo transferido, atabalhoadamente, para duas salas pequenas cedidas provisoriamente pela Imprensa Oficial, no Saco dos Limões, com piso de cerâmica, onde foi amontoado em pilhas, pelo chão, de onde, após tempo relativamente longo, novamente transferido, em sua quase totalidade, para uma sala no pavimento térreo do Edifício das Diretorias e, uma pequena parcela, para a acanhada saleta em que funcionava a própria Direção do órgão, junto à Secretaria de Administração, no quarto andar do mesmo Edifício — tudo nas mesmas indevidas e lamentáveis condições.

Finalmente, desses últimos locais foi o acervo transferido para um prédio alugado pelo Governo do Estado para servir provisoriamente de sede privativa do Arquivo, na Rua Almirante Alvim, 16.

Com esta última transferência — a terceira! — ficava superado o limite do aforismo de que, em matéria de arquivos, “CADA DUAS MUDANÇAS EQUIVALEM A UM INCÊNDIO”.

Ao concluir esta última transferência, fui substituído na Direção do Arquivo Público pelo Dr Wilmar Pacheco, já no Governo Antônio Carlos Konder Reis.

Do período em que estivemos à testa do nosso Arquivo Público, destaco:

a) — A incessante campanha que promovemos por uma melhor instalação do mesmo, quer em ofícios, quer em relatórios, quer em documentos organizados para apresentação pelo Senhor Secretário ao Senhor Governador nas Reuniões de Avaliação por este convocadas.

O Jornal “O Estado” e o “Jornal de Santa Catarina” muito colaboraram

nessa campanha, divulgando em várias reportagens a situação lamentável das instalações e do acervo.

Em nossos ofícios, relatórios e documentos diversos, escrevemos e repetimos, vezes em conta e com palavras diferentes:

— “Se não buscarmos executar com determinação essa tarefa, teremos falhado nessa importantíssima preservação e seremos parte integrante das críticas amargas dos catarinenses do futuro, jacentes que estaremos na vala comum dos que não souberam compreender o valor e a riqueza desse patrimônio”.

— “Considerando, contudo, a **IMPORTÂNCIA DO ACERVO, AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O MESMO ATUALMENTE E O BOM NOME DO ESTADO A DEFENDER PERANTE A NAÇÃO**, julgo que o equacionamento do problema “Arquivo Público” não deverá sofrer excesso de postergação. **SOB RISCO DE CHEGAR, PARA A SALVAÇÃO DO RICO E VOLUMOSO ACERVO, ATRASADO**.

— “Peço vênia para lembrar que é tal o **VALOR DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL QUE CABE**”... ao Estado... “**DEFENDER E PRESERVAR**, por intermédio do Arquivo Público, que **QUALQUER SACRIFÍCIO FINANCEIRO** que se faça com esse desiderato — e creio não haver lugar para qualquer protelação — **SERÁ AINDA PEQUENO E INSIGNIFICANTE**... de vez que **O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL É O MAIOR E O MAIS PRECIOSO DE TODOS OS PATRIMÔNIOS DE UM POVO**”.

— No ofício nº 022/75, ao Sr. (já agora) Secretário do Interior e Justiça:

“2. — Agora,...., foi-lhe concedido, para instalação,...., um vetusto prédio residencial sito à Rua Almirante Alvim,...., o qual, se não preenche todas as condições exigidas para um arquivo, inclusive quanto às suas dimensões, está, contudo, quilometricamente distante do caos atualmente existente”.

“3. — ... — que representa nosso júbilo e nossa euforia pelo importantíssimo evento pró-Santa Catarina — peço vênia para sugerir a V. Excia. as medidas e a seqüência” (para a transferência e instalação do Arquivo na nova sede).

— No ofício nº 018/76, de-12-04/76 para o mesmo destinatário, comunicando-lhe haver passado, já na nova sede, a Direção do Arquivo ao meu substituto legal: “Referida sede não é o que seria de se desejar para um Arquivo Público e apresenta inúmeros senões,.... inclusive... quanto ao espaço físico disponível e às instalações, sendo estas totalmente inexistentes, inclusive prateleiras, mas representa já, contudo, condição bem melhor que a existente anteriormente”.

“Batalhei incessantemente pela boa instalação e bom funcionamento deste Arquivo ..., mas em vão.”

“Assim, ao ser substituído, ... vejo-me constrangido a passar ao meu substituto efetivo apenas um arremedo de depósito do Arquivo Público, na certeza... de que o mesmo, bafejado... por uma efetiva assistência governamental, conseguirá... arrancar definitivamente Santa Catarina da situação vexatória... no cenário da arquivística brasileira”.

b) — Comparecemos, como representante do Arquivo Público de Santa Catarina, aos I e II Congressos Brasileiros de Arquivologia, realizados, respectivamente, em 1972 no Rio de Janeiro e em 1974 em São Paulo.

No decorrer do primeiro, em conversa com o diretor do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, soubemos da existência de centenas de processos judiciais, naquele Arquivo, referentes a nosso Estado. Indagado sobre a viabilidade da transferência de referidos Processos para nosso Arquivo, acedeu ele de pronto, ocorrendo a mesma em dezembro de 1972.

Da documentação acima, que veio organizada, iniciamos a feitura de um inventário sumário, que interrompemos no 83º Processo, devido a nossa saída da Direção do órgão.

c) Localizamos, quando na Direção do Arquivo, um prédio antigo que estava à venda, na Rua Esteves Júnior, próximo ao Colégio Catarinense. Cerca de 500 m² de área construída, forte, bom terreno ainda disponível para até futuras ampliações. Provocamos proposta formal de venda, a qual recebeu do órgão especializado do Governo um Parecer de que o preço estava um pouco acima do valor justo.

Resultado: Imediatamente após a desistência do Estado, referido imóvel foi vendido a terceiros por um preço três vezes superior...

d) — Por ouvir falar, e após trabalhosas pesquisas nos Cartórios de Florianópolis, principalmente no de Dona Kirana (?), localizamos um terreno sito à Av. Gov. Ivo Silveira, próximo à Caixa d'Água. Fora desapropriado durante a II Guerra e mais tarde indenizado pelo Estado, mas não cadastrado.

De posse de todos os dados necessários — decreto, números de registro em Cartório, etc. — solicitamos em ofício a destinação do mesmo à futura sede do nosso Arquivo. Não sabemos se o conseguimos, mas devemos, pelo menos, ter conseguido cadastrá-lo.

e) — Mesmo não tendo, então, condições de fornecer dados a consulentes, face ao estado caótico do acervo, era o Arquivo demandado por dezenas de pessoas interessadas, inclusive do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Goiás, de outros Estados, de Florianópolis e do nosso interior.

Infelizmente, e para vergonha nossa, 99% delas saíam sem obter o que buscavam. Uma delas — o senhor Vilas Boas, pesquisador de Goiás, se não nos enganamos — perguntou-nos se não nos importáramos se ele, como

pesquisador, escrevesse ao nosso Governo narrando e lamentando o ocorrido. Respondemos-lhe que, ao contrário, e como catarinense, lhe ficaríamos imensamente grato, se o fizesse.

f) — Rascunhamos organogramas, fluxogramas, regulamentos. E projeto de lei, para proteção do acervo em todos os quadrantes do Estado, inclusive de particulares. E uma carta-circular que seria enviada a todos os prefeitos do Estado, norteando-os na salvaguarda dos acervos municipais. Projetávamos a coleta gravada de imagens e depoimentos de pessoas idosas, onde estivessem. E mapoteca, hemeroteca, oficina própria para encadernação e recuperação de documentos, etc. E encaminhamos proposta para novo quadro funcional do Arquivo, com a inclusão de alguns padrões mais elevados, para que, assim os funcionários mais se motivassem na dedicação ao trabalho.

g) — Quando da mudança do Arquivo para sua primeira sede privativa, na Rua Almirante Alvim, 16. nós, numa homenagem ao ilustre historiador catarinense Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, comunicamos-lhe o evento, porque a luta do mesmo, pró-Arquivo Público, foi sempre firme, incessante, indormida.

Mereceu, por isso, mais que qualquer outro, a homenagem singela que lhe prestamos, e que agora, em caráter póstumo, para conhecimento público, deixamos aqui renovada.

Agora, decorridos nove anos desde nossa saída do Arquivo, é com indescritível alegria que o vemos respirar e viver. De estar em condições de atender a ponderável parcela de consulentes e pesquisadores. Não ainda em moldes ideais, é verdade, mas, de qualquer modo, vivendo e trabalhando, sendo útil ao Estado e à Nação.

E — o que é muitíssimo importante — tendo à frente a figura digna, operosa e incansável do atual diretor, Professor Iaponan Soares de Araújo, que possui as qualidades inatas a um lídimo arquivologista: a compreensão profunda e esclarecida do altíssimo significado social e histórico de um arquivo; e amor e dedicação a esse trabalho, ao qual se dá como num verdadeiro sacerdócio.

Fpolis./S. José., 04-06-85.